



POLÍTICAS PÚBLICAS DE EDUCAÇÃO NA AMÉRICA DO SUL: REFLEXÕES A PARTIR DOS PLANOS DE LEITURA E ESCRITA NA ARGENTINA, BRASIL E COLÔMBIA¹

Mônica Guerrero Garay²
Wisllayne Ivellyze de Oliveira-Dri³
Verónica Diana Cardozo⁴
Adriana Missae Momma⁵

RESUMO

Este trabalho analisou alguns planos de leitura e escrita da Argentina, Brasil e Colômbia em vigência, como parte de ações que visam à promoção do direito à educação básica e obrigatória. Foram considerados os seguintes documentos para análise: Argentina - Plano Estratégico Nacional (PEN, 2016-2021) e Plano de Leitura (PL, 2008); Brasil - Plano Nacional de Educação (PNE, 2014-2024), Plano Nacional do Livro e Leitura e Plano Nacional de Leitura e Escrita (PNLL, 2011; PNLE, 2018); e Colômbia - Plano Nacional Decenal de Educação (PNDE, 2016-2026) e Plano Nacional de Leitura e Escrita (PNLE, 2010-2014). Quanto às categorias, considerou-se aquelas apontadas no contexto da Conferência de Jomtien - *Education for All* (EFA) 1990 que se mantém no horizonte enquanto desafio mundial: qualidade da educação; evasão; alfabetização; distorção idade/série; democratização/ domínio da leitura e escrita e formação de professores. As contribuições da educação comparada crítica e a utilização do software *ATLAS.ti* fizeram-se imprescindíveis para identificar que os três países apresentam ações articuladas pelos organismos multilaterais - UNESCO (etc.), com singularidades decorrentes do protagonismo e da política nacional; há uma preocupação explícita com a formação de professores, com a promoção do direito à educação, com o domínio da leitura e escrita e demais letramentos. Dados do PISA, 2019 (Programa Internacional de Avaliação de Alunos) evidenciaram que o desempenho em leitura dos alunos tem variado de acordo com a sua origem socioeconômica. Logo, manter, aprimorar e consolidar bons planos constituem-se essenciais, paralelamente às transformações socioeconômicas e estruturais.

Palavras-chave: Leitura e Escrita; Políticas Públicas de Educação; Direito à Educação; Argentina-Brasil-Colômbia; América do Sul.

¹ "O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) - Código de Financiamento 001"/ "This study was financed in part by the Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) - Finance Code 001" em conformidade com a Portaria CAPES nº 206, de 4 de setembro de 2018.

² Doutoranda em Educação, no Programa de Pós-graduação em Educação (FE), da Universidade Estadual de Campinas/SP-Brasil (UNICAMP); E-mail: monigaray2009@gmail.com; Lattes: <http://lattes.cnpq.br/0423003429878585>

³ Doutoranda em Educação, no Programa de Pós-graduação em Educação (FE), da Universidade Estadual de Campinas /SP-Brasil (UNICAMP); E-mail: wis_pedagogia@yahoo.com.br; Lattes: <http://lattes.cnpq.br/3834521433288624>

⁴ Mestranda em Educação, no Programa de Pós-graduação em Educação (FE), da Universidade Estadual de Campinas /SP-Brasil (UNICAMP); E-mail: diana.clasesele@gmail.com; Lattes: <http://lattes.cnpq.br/5302787063036787>

⁵ Doutora e mestre em educação; docente na Faculdade de Educação da Universidade Estadual de Campinas - UNICAMP; E-mail: amomma@unicamp.br; Lattes: <http://lattes.cnpq.br/4503074753390268>; ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-2927-5599>

INTRODUÇÃO

Os indicadores de analfabetismo entre crianças, jovens e adultos constituem-se em um dos grandes desafios globais quando se trata de assumir a “satisfação das necessidades básicas de aprendizagem” – conforme Declaração aprovada na Conferência Mundial de Educação para Todos (*EFA - Jomtien*, Tailândia, março de 1990). Nesta perspectiva, em 2021 o relatório da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE, 2021, p. 32), apontou que o desempenho em leitura de alunos tem variado de acordo com a sua origem socioeconômica. É afirmado que, em média, os países da OCDE que têm atingido o nível 02 (dois) do Programa Internacional de Avaliação de Alunos (PISA⁶) engloba cerca de 30% para menos os alunos do quartil inferior do PISA (intersecção com índice de status econômico, social e cultural (ESCS)) em contraste com o quartil superior. Ademais, acrescenta que países como Argentina (401 pontos – nível 01), Brasil (413 pontos – nível 02), Colômbia (412 pontos – nível 02), Costa Rica, Indonésia, México e Arábia Saudita possuem lacunas de desempenho, considerando-se as grandes disparidades existentes nos respectivos países (lacuna que varia pelo menos em 50%), diferentemente do quartil superior, como Canadá, Estônia e Finlândia que possuem disparidades, lacunas de 15% para menos (OECD, PISA 2018, *Database, Table I.B1.4; Figure I.4.1.*).

Embora os indicadores mais preocupantes sejam encontrados em países integrantes da África Ocidental, África Oriental e alguns países da Ásia, ainda contemplam muitos países da América Latina e Caribe, países estes com amplo histórico colonial. Diante deste panorama, o presente trabalho aportará a uma análise interrelacionada diretamente às pesquisas, teses e dissertações das autoras envolvidas neste estudo, mais especificamente à realização de uma análise dos planos de leitura e escrita da Argentina, Brasil e Colômbia; países pertencentes a uma região de grandes contrastes (considerados subdesenvolvidos; em vias de desenvolvimento; emergentes; com contrastes entre “centro-periferia”; etc. - PREBISCH; FURTADO, 1998).

Apresenta-se como **objetivo geral** desta reflexão, a realização de um estudo concernente às políticas (planos, programas ou ações) de leitura e escrita na Argentina, Brasil e Colômbia -, mediante a problematização dos: - **Planos Nacionais de Educação**: Argentina (PEN, 2016-2021), Brasil (PNE, 2014-2024) e Colômbia (PNDE, 2016-2026) e - **Planos**

⁶ O PISA avalia a leitura como a capacidade de "compreender, interpretar e refletir sobre textos escritos, a fim de atingir seus objetivos, desenvolver seu conhecimento e potencial, e participar da sociedade" (OCDE, 2019).



Nacionais de Leitura: Argentina (PNL, 2008), Brasil (PNLL, 2011 e PNLE, 2018) e Colômbia (PNLE, 2010-2014).

Como **objetivos específicos** procurou-se identificar nos respectivos documentos, categorias de análise que se interrelacionam a alguns dos desafios apontados no contexto da Conferencia EFA de 1990 e que ainda se mantém na “ordem do dia” e na agenda política dos países aqui estudados, a saber: qualidade da educação; evasão; alfabetização; distorção idade/série; democratização do acesso e domínio da leitura e escrita; e formação de professores.

Para fins de análise, foram considerados os documentos e demais dados de informações oficiais, no qual configurou-se central abarcar a educação na perspectiva do direito social, o que inclui o domínio da leitura, da escrita e apropriações de diversos e diferentes conhecimentos, saberes construídos historicamente pela humanidade; possibilitando a criação de novos conhecimentos; visando à transformação na perspectiva ontológica (do ser humano) e logo, na perspectiva social e política (construção de uma sociedade justa, ética e socio-ambientalmente sustentável).

Na Declaração Mundial de 1990, encontra-se explícito o incentivo às ações conjuntas para “satisfazer as necessidades básicas de aprendizagem”, especialmente de áreas (territórios) em que se encontram os baixos indicadores de aprendizagens, mensurados mediante avaliações que são feitas em larga escala. Constitui-se em uma convocação mundial de esforços no sentido de reconhecer a ausência dos direitos à educação, em especial aos pobres, imigrantes e excluídos deste grande planeta. Contexto no qual são estimulados os acordos bilaterais; multilaterais; regionais; internacionais; com organismos não governamentais; setor privado; governos; etc.

Por mais paradoxal que seja, aponta-se como utopia necessária a construção de “uma outra globalização” (SANTOS, 2000), todavia, desde o período posterior às guerras mundiais, a Organização das Nações Unidas (ONU, 1945); o Fundo Monetário Internacional (FMI, 1943/44 – Bretton Woods); o Banco Mundial (1944); os acordos bilaterais (aduaneiros; comerciais; político-econômicos); os acordos multilaterais; os Organismos Internacionais (OI); as fundações (nacionais e internacionais); etc., têm atuado no sentido de oportunizar, melhorar e ampliar este direito (à educação) e outros há muito tempo negado a uma grande parcela da população. Todavia, no mesmo período, pós derrocada do “socialismo”, reformas do Estado, na perspectiva neoliberal, vêm sendo forjadas em escala global. Desde então, ações um tanto quanto ambivalentes vêm sendo incentivadas pelas mesmas potências político-econômicas que

abarcam a maior parte do Produto Interno Bruto (PIB) mundial (G7⁷ e G20⁸, por exemplo) inclusive muitas destas estão à frente da ONU e de outras organizações ou instituições sociais. Contraditoriamente, essas ações tendem a ser compreendidas como forma da minimização das desigualdades, tendo em vista tal polarização e outras dimensões aqui não abarcadas⁹.

METODOLOGIA

O estudo foi realizado sob a perspectiva da educação comparada crítica, na qual, de forma contextualizada, destacam-se as coincidências, as diferenças e as especificidades. Como já indicado, foram considerados dois grandes agrupamentos documentais, sendo o primeiro formado por documentos orientadores de políticas educativas e o segundo especificamente das políticas de leitura e escrita nos países aqui investigados: **Grupo 1 - Os Planos Nacionais de Educação:** Na Argentina o Plano Estratégico Nacional (PEN, 2016-2021), no Brasil o Plano Nacional de Educação (PNE, 2014-2024) e na Colômbia o Plano Nacional Decenal de Educação (PNDE, 2016-2020); **Grupo 2 – Os Planos de Leitura e Escrita:** Na Argentina o Plano de Leitura (PL, 2008) visando à formação de leitores como estabelece a Lei Nacional de Educação N.º 26.206 (Cap. 2, Inc. L). No Brasil o Plano Nacional do Livro e Leitura (PNLL, 2011) e o Plano Nacional de Leitura e Escrita (PNLE, 2018), regulamentado pela Lei n.º 13.696/2018. Na Colômbia o Plano Nacional de Leitura e Escrita “*Leer es mi cuento*” (PNLE, 2010 - 2014) como estabelece a Constituição Política da Colômbia de 1991 (art. 67) e a Lei de Educação 115 de 1994 (art. 20-21).

A análise documental foi realizada mediante a leitura direta dos documentos e o uso do software ATLAS.ti¹⁰, com o qual foi possível codificar as principais categorias encontradas nos respectivos documentos, facilitando o processo de identificação do que é recorrente, do que é diferente e do que é exclusivo de cada país. O processo de codificação foi indutivo partindo dos objetivos gerais e específicos do estudo e de conceitos mais amplos do referencial teórico.

DISCUSSÃO E RESULTADOS

Observa-se que várias ações vêm sendo realizadas desde a década de 1990 (EFA, 1990), em especial, há que se explicitar como a Organização das Nações Unidas para a

⁷ Disponível em: https://ec.europa.eu/info/food-farming-fisheries/farming/international-cooperation/international-organisations/g7_en Acessado em: 19 de jun. 2022.

⁸ Disponível em: <https://g20.org/about-the-g20/> Acessado em: 19 de jun. 2022.

⁹ Vide exemplo de outros conflitos, guerras civis e retrocessos democráticos nas quais tais potenciais encontram-se envolvidas, além dos altos investimentos em material de “defesa” e segurança global, etc. (*Stockholm International Peace Research Institute*, Disponível em: <https://www.sipri.org/>. Acessado em: 19 de jun. 2022)

¹⁰ Acesso para uso gratuito. Disponível em: <https://atlasti.com/pt/free-trial-version> Acessado em: 01 de jun. 2022.



Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO), têm atuado fortemente no processo de planejamento global de políticas para a educação. No caso da América Latina e Caribe, há destaque ao Projeto Principal da UNESCO na região; o Plano de Ação da UNESCO para a erradicação do analfabetismo em 2000; O Programa Especial da Organização Islâmica para a educação, a ciência e a cultura (IESESCO); a participação especial do Banco Mundial voltada às ações que integram políticas para o ensino fundamental; o Programa da Agência Internacional dos Estados Unidos da América (USAID) para o fomento da educação básica e alfabetização; e outros.

Durante os anos de 1960 a UNESCO cria o Centro Regional para o Fomento do livro na América Latina e o Caribe (CERLALC) instituição que brinda aos países da América Latina a assessoria na elaboração e na promoção de políticas em prol da leitura considerando a sua importância no desenvolvimento de um país e na vida social dos cidadãos. O CERLALC ressalta que “Garantir o acesso de toda a população à cultura escrita (livros e outros materiais de leitura) é uma responsabilidade de toda a sociedade é uma tarefa prioritária do Estado, como meio de inclusão social e desenvolvimento da cidadania” (CERLALC, 2004, p.sd). Nesse sentido, promoveu-se a criação de planos de leitura nos países da América do Sul, de modo que incentivem e reflitam acerca das práticas de leitura, da implantação e incentivo ao uso de bibliotecas e a reivindicação da leitura como política pública que concebe esta como uma prática cultural que visa a beneficiar toda a sociedade civil.

Argentina, Brasil e Colômbia, constituem-se em países muito singulares em termos históricos, políticos e socioculturais¹¹, todavia, em termos de economia global, há algumas similaridades quanto ao seu lugar delineado pelas grandes potências e elites (econômicas e políticas). No que diz respeito aos resultados do PISA (2018) a Argentina, Brasil e Colômbia não apresentaram avanços nas provas realizadas entre os anos de 2009 e 2018 na área de leitura, quando comparados com os 78 países participantes em 2018¹², no qual a Argentina está na posição 63, o Brasil na posição 57 e a Colômbia na 58, evidenciando resultados próximos, mas que ainda estão abaixo da média mundial do PISA.

Com base nos dados da UNESCO¹³ (2022), apresenta-se informações gerais dos três países, na tabela a seguir:

¹¹ Disponível em: <https://www.cia.gov/the-world-factbook/field/population/country-comparison/> Acessado em: 19 de jun. 2022.

¹² As posições de cada país citadas no texto, referem-se ao resultado da pontuação publicado pelo PISA dos países participantes. Tendo como parâmetro a pontuação de cada país na avaliação de Leitura especificamente: Argentina, 402 pontos, Brasil 413 pontos, Colômbia 412 pontos.

¹³ Disponível em: <https://siteal.iiep.unesco.org/> Acessado em: 26 de jun. 2002.

Tabela 1 – Informações Gerais: Argentina, Brasil e Colômbia

	Argentina	Brasil	Colômbia
Superfície territorial	3.761.274 km ²	8.516.000 km ²	2.129.748 km ²
Divisão Territorial	24 jurisdições, 529 departamentos e 2.160 municípios.	26 estados, um distrito federal e 5.700 municípios.	Um distrito de capital, 32 departamentos e 1.100 municípios.
População (+)	47.000.000	214.000.000	50.000.000
Índice de Desenvolvimento Humano (2020, PNUD)	0,845 (46°)	0,765 (84°)	0,767 (83°)
Educação Obrigatória	Lei 26.206/2014: 4 até 17 ou 18 anos de idade; compreende 02 últimos anos da educação inicial, educação primária e secundária.	Constituição Federal de 1988/ Emenda constitucional 59/2009: 4 aos 17 anos de idade; compreende os dois últimos anos da educação infantil, pré-escola; ensino fundamental I, II e ensino médio.	Constituição Política de Colômbia/1991: 5 aos 15 anos de idade; como mínimo, um ano de pré-escolar e nove de educação básica.
Taxa de analfabetismo até 2018 (bruta)	0,7% 333.000	6,8% 11.167.773	5,1% 1.874.652
PISA 2018	Avaliação de Leitura: Posição 63°, 402 pontos	Avaliação de Leitura: Posição 57°, 413 pontos	Avaliação de Leitura: Posição 58°, 412 pontos

Fonte: Elaboração própria a partir dos seguintes documentos: UNESCO, 2022; PNAD, 2019; INEP, 2019; Boletim Técnico EDUC/DANE, 2019; Anuário Estadístico Educativo da Argentina, 2019; e PISA, 2018.

A tabela mostra diferenças e similaridades relacionadas aos três países estudados, das quais considera-se importante destacar o caso da Argentina que apresenta um índice muito baixo de analfabetismo, ou seja, os analfabetos não chegam a 1% da população. Embora, em termos de média, encontre-se em 63° posição no PISA (2019), quanto a leitura, abaixo do Brasil e Colômbia.

Brasil e Colômbia apresentam, respectivamente, 6,8% e 5,1% da população analfabeta total¹⁴, diferindo em termos de quantidade de anos obrigatórios de estudo (Brasil – dos 04 aos 17; Colômbia, dos 05 aos 15 e Argentina dos 04 aos 17 anos); ademais de se constituir incomparável a extensão territorial e a complexidade geopolítica do Brasil em relação a Argentina e Colômbia, assim também quanto ao contingente populacional que representa aproximadamente 1/3 da população brasileira (50 mil Argentina, 47 mil Colômbia e mais de 214 mil Brasil).

¹⁴ O analfabeto total não consegue realizar tarefas simples que envolvem a leitura de palavras e frases. O analfabeto funcional é a pessoa que sabe ler e escrever mas é incapaz de interpretar o que lê. Disponível em: <https://alfabetismofuncional.org.br/> Acessado em: 26 de jun. 2022.



Com relação às políticas de leitura e escrita em vigência, a Argentina, na Resolução Ministerial nº707/2008 normatiza o Plano de Leitura, que unifica os programas como a Campanha Nacional de Leitura e o Plano Nacional de Leitura que já estavam sendo desenvolvidos desde 2003. O Plano de Leitura, visa à democratização do acesso à leitura:

“Hablar de lectura, es hablar de libros, de espacios y tiempos que faciliten el acto de leer. Por ello fijar como lineamiento de política educativa un mejor acceso a la lectura, hace necesaria una línea de trabajo que apunte a perfeccionar los espacios, prácticas, escenarios y circuitos dedicados a la lectura”. (Resolución 707/2008, folio 7)

No Brasil, o Plano Nacional do Livro e Leitura (PNLL) foi apresentado no FÓRUM – PNLL/Viva leitura 2006/2008 (MOTA, 2006). No documento apresentado, se considerou que o PNLL:

“[...] é uma ação liderada pelo governo federal para converter esse tema em política pública mediante a concentração e articulação dos esforços desenvolvidos pelos diversos atores sociais: Estado, universidade, setor privado e demais organizações da sociedade civil que formam o chamado terceiro setor. Tem como objetivo central melhorar a realidade da leitura no país e, por isso, é construído e se desenvolve por meio de um processo que transcende a imediatez”. (PNLL, 2006, p.5)

O PNLL estabelece ações de planejamento, apoio, articulação e referência para a execução de ações voltadas para o fomento da leitura no país de modo a promover o seu desenvolvimento e por sua vez a formação de sujeitos leitores, tendo como “objetivo maior alcançar em longo prazo e com ação contínua e estrategicamente coerente, a fruição dos livros em todos os seus suportes técnicos, do prazer da literatura e da democratização do acesso à leitura.” (MARQUES, 2010, p. 23-26)

Na Colômbia, o equivalente é o “*Leer es mi cuento*”, estabelecido no mesmo período, definido como:

“una política pública que incida en el desarrollo nacional y local, mediante la formulación, implementación y gestión de acciones y estrategias en torno al acceso al libro y otros materiales de lectura, al fortalecimiento de las bibliotecas públicas y a la generación de alianzas con los diferentes actores vinculados al ecosistema de la lectura”. (Ministerio de Cultura, sd. 2010-2018)

No caso da Colômbia o plano teve vigência desde a sua criação, até a atualidade, já no Brasil apresentaram-se rupturas em 2019 derivadas da mudança de governo, quando assume o presidente Jair Bolsonaro (2019-2022), com um posicionamento ultraconservador, promovendo diversos desmontes quanto aos direitos sociais, incluindo na educação no qual traz em sua pauta a militarização das escolas, o “*homeschooling*”, ações de “censura”, e outras pautas que vão incidir no recuo quanto às ações de fomento à leitura estabelecidas pelo PNLL.

Na Argentina, o Plano Estratégico Nacional implementado em 2016 continua em vigência. O governo de Alberto Fernández (2019-2023) cria políticas de inclusão social que

tentam fortalecer o sistema educativo. Na fundamentação do Plano Nacional de Leitura (2008), são citados como preocupantes os resultados das avaliações nacionais Operativo Nacional de Educação (ONE, 2005) que evidencia nos resultados uma baixa competência leitora e a avaliação PISA (2006). Quando se compara a Argentina com os outros seis países latino-americanos que fizeram parte da amostragem (Brasil, Colômbia, Chile, México e Uruguai)¹⁵, este aparece como o país com o nível mais baixo em leitura. Com a finalidade de melhorar esses resultados, o PNL (2008) visa elevar os níveis de leitura na escola e para cumprir esse objetivo apresenta dez alinhamentos¹⁶ envolvendo tanto alunos como docentes.

Concomitante a leitura dos documentos, procedeu-se a utilização do software ATLAS.ti, no qual pode-se demonstrar mediante a constituição de um diagrama *Sankey*¹⁷, ocorrências na Argentina, Brasil e Colômbia quanto as categorias elencadas na lateral esquerda do diagrama a seguir:

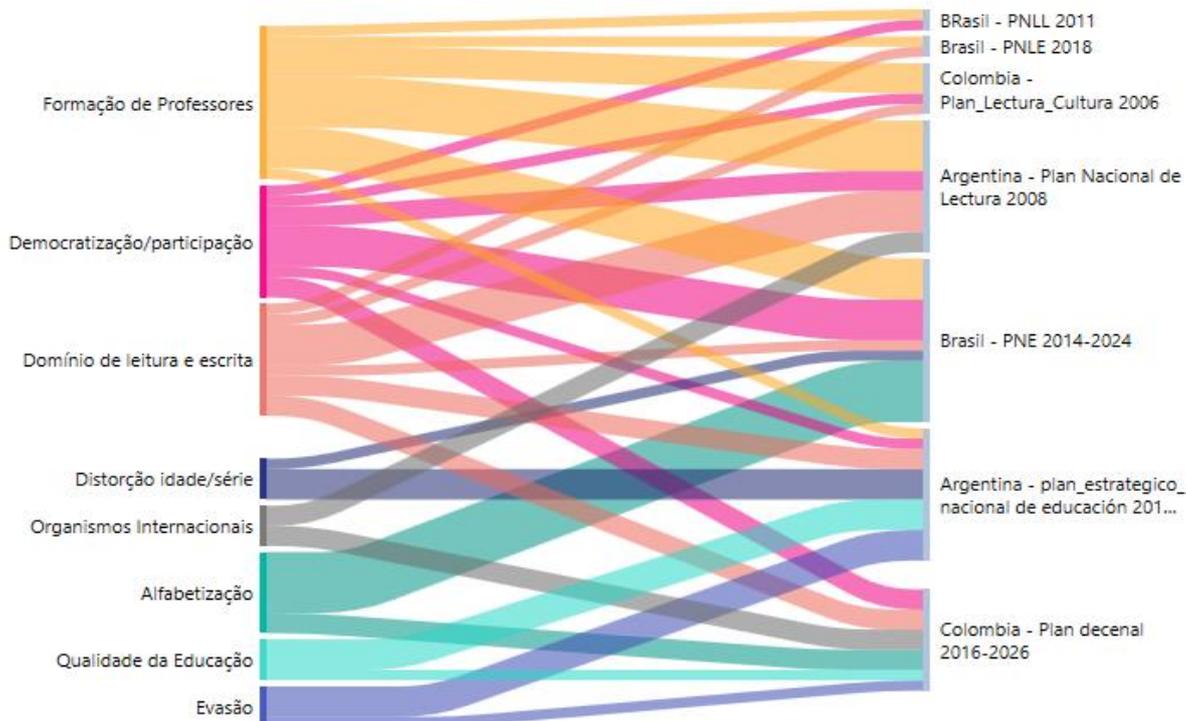
¹⁵ Disponível em:

https://download.inep.gov.br/acoes_internacionais/pisa/resultados/2015/resultados_pisa_2000_2012.pdf. Acesso em junho de 2022.

¹⁶ Os dez alinhamentos apresentados no PNL (2008) são os seguintes: “I) Lectura em voz alta, II) Encuentros con escritores, III) Convocatoria a las ONGs para trabajar en pro de la lectura, IV) Dos jornadas anuales de lectura comunitaria, V) Confección de una ficha lectora por alumno donde se registren las aptitudes lectoras del alumno y su familia, VI) Libros de las bibliotecas escolares en los hogares, VII) Capacitación docente a través de la página web Educ.ar y capacitación en campo, VIII) Fortalecimiento del programa Abuelos Lee cuentos, IX) Libros y lecturas para las escuelas, X) Reseñas y comentarios acerca de libros”. (PNL, 2008, p. 5-9)

¹⁷ O Diagrama de Sankey permite mostrar os fluxos entre os documentos estudados e as categorias de estudo. É um tipo de fluxograma, na qual a largura das setas é proporcional a quantidade de fluxo que existe entre dois processos. Este diagrama foi produzido por meio do Software ATLAS.ti, no qual os documentos foram estudados e codificados.

Figura 1 – Temas recorrentes nos documentos analisados na pesquisa



Fonte: Elaboração própria a partir dos Planos nacionais de educação e dos planos nacionais de leitura e escrita da Argentina, Brasil e Colômbia.

Na Argentina, observa-se que o Plano Nacional Estratégico de Educação, traz, similar ao Plano Decenal de Educação de Colômbia (com menor incidência), a qualidade da educação como aspecto central, o que direta ou indiretamente incide nos dados de evasão, distorção idade-série e domínio da leitura e da escrita, sendo relevante a formação de professores. Por outro lado, o Plano Nacional de Leitura, dá ênfase à formação de professores para o alcance de objetivos educacionais concernentes à promoção do direito de dominar a leitura e escrita (um dos grandes desafios da nação). Aspecto problematizado em âmbito nacional e internacional e que incide no desafio de democratizar (“universalizar”) a educação básica obrigatória (alfabetização) com eficácia.

Quanto ao Brasil, o diagrama demonstra que o Plano Nacional de Educação apresenta um maior enfoque no que diz ao respeito à alfabetização, isso em virtude dos altos índices de analfabetismo¹⁸ que apresenta o país em comparação, principalmente, com a Argentina onde o índice de analfabetismo não alcança o 1% da população.

¹⁸ No Brasil mais de 10 milhões de pessoas são analfabetas (Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (Pnad Contínua) – IBGE, 2017) e 38 milhões são analfabetas funcionais (Pesquisa realizada pelo Ibope Inteligência e desenvolvido pela ONG Ação Educativa e pelo Instituto Paulo Montenegro, lançada em setembro de 2018), somando aproximadamente ¼ da população.



Colômbia, apresenta menor incidência nas diferentes categorias analisadas, em comparação com o Brasil e Argentina. No entanto, o Plano Nacional de Leitura mostra destaque na formação de professores, considerado objetivo principal no PNLE da Colômbia e que, por sua vez, tem se tornando central nas campanhas e investimentos em formação para professores como mediadores relevantes nos processos de leitura e alfabetização¹⁹.

As políticas de leitura e escrita nestes países também apresentam ações para melhorar as aprendizagens dos alunos quanto ao domínio da leitura e escrita, visto que, conforme apresentado anteriormente são países com índices preocupantes de analfabetismo total²⁰ e analfabetismo funcional, principalmente, Brasil e Colômbia. Assim, buscam melhorar a qualidade da educação e também melhorar os resultados das provas nacionais e internacionais como o PISA. Como relação a categoria democratização do acesso à leitura, ela é apresentada como um princípio central nestas políticas, na busca de uma sociedade mais justa, inclusiva e equitativa.

No que tange à formação de professores, as políticas estudadas apresentam ações e programas de formação de professores, tutores, mediadores, bibliotecários entre outros agentes de leitura, com objetivo de fomentar o acesso à leitura e escrita, principalmente, nas escolas de educação básica e nas bibliotecas públicas. É relevante destacar que no caso da Argentina a comunidade também é convidada a fazer parte desse grupo de agentes de leitura.

Nesse contexto, os professores ocupam um lugar importante seja no âmbito global, regional ou local, visto que, para melhorar a posição nas avaliações internacionais é necessário o fortalecimento da formação de professores, constituindo-se em um *slogan* para os processos de reformas educativas sob a perspectiva das políticas globais de educação implementadas nos países da América Latina nas últimas três décadas (RUIZ, 2019).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Apesar de os planos não terem sinalizado fatores contingenciais não previstos, como a pandemia da COVID-19, considerou-se para análise os planos nacionais de leitura e escrita elaborados a partir de 2006 na Argentina, no Brasil e na Colômbia com ações que buscaram

¹⁹. No marco da criação do Plano Nacional de Leitura na Colombia tem se realizado innumerables campañas de formación de mediadores de lectura y escritura (profesores, bibliotecarios y sociedades civiles) representado en 56.149 profesores de 6900 establecimientos educativos. Datos disponibles en: <https://rutamaestra.santillana.com.co/plan-nacional-de-lectura-y-escritura-leer-es-mi-cuento/>. Consultado em junho de 2022.

²⁰ Segundo a base de dados do Instituto de Estatística da Unesco, aproximadamente 9% da população da América Latina é analfabeta. Dos três países estudados, Argentina apresenta a menor taxa de analfabetismo com 0,7%, seguido da Colômbia com 5,1% e por último o Brasil com 6,8%. Dados disponíveis em: <http://data.uis.unesco.org/#> Consultado em: 26 de jun. 2022.

contribuir para a diminuição do analfabetismo total e funcional, assim como, na democratização da leitura. Tais planos foram escolhidos, pois são políticas que estão vigentes até o momento do desenvolvimento deste estudo. Portanto, este trabalho realizou uma breve análise de importantes planos para o desenvolvimento e fomento das políticas de leitura e escrita em três países da América do Sul, na qual foi possível destacar os temas mais recorrentes em tais políticas e algumas das influências emanadas de organismos internacionais.

O presente trabalho demonstrou como na América do Sul, neste caso na Argentina, Brasil e Colômbia, as políticas de leitura e escrita são temas presentes tanto nos planos nacionais de educação, como nos planos específicos de leitura e escrita. Nesse sentido, tais políticas fomentam(ram) ações e programas que buscam melhorar o domínio da leitura e escrita, assim como, a democratização do acesso da leitura, sabendo que os livros nesses países são caros e de difícil acesso para a população mais vulnerável.

Ainda que sejam consideradas primordiais, as políticas de democratização do acesso à leitura, muitas vezes, têm sido pressionadas pelos resultados/*rankings* de avaliações internacionais como o PISA, que apesar de se constituir em uma referência global, cujos dados permitem algumas analogias e aferições, apontam-se como insuficientes e descontextualizados da realidade de cada país e região, ao induzir a uma leitura dos respectivos dados *per se*.

A análise ainda demonstrou que os planos apresentam os professores, os mediadores ou os tutores como sujeitos importantes neste processo, ou seja, ocupam um lugar fundamental no desenvolvimento e implementação das ações e programas que buscam efetivar os direitos contidos nos respectivos planos nacionais de educação e planos de leitura e escrita. Os dados das avaliações do PISA e de demais indicadores da qualidade da educação, em todos os países aqui mencionados, evidenciam a importância de investimentos em ações específicas, cuja eficácia será observada quando se conjugam esforços concomitantes para melhorar as condições de vida de toda a população, obviamente, emanadas de governos democráticos.

REFERÊNCIAS

ARGENTINA. Resolución CFE N° 285/2016. Plan Estratégico Nacional 2016-2021 “Argentina enseña y aprende”. Disponível em: <https://siteal.iiiep.unesco.org/pt/bdnp/898/resolucion-cfe-2852016-plan-estrategico-nacional-2016-2021-argentina-ensena-aprende>

ARGENTINA. Resolución N° 707/2008. Plan Lectura. Disponível em: <https://siteal.iiiep.unesco.org/pt/node/2239>



ARGENTINA. Anuario Estadístico Educativo, 2019. Disponível em: https://www.argentina.gob.ar/sites/default/files/anuario_estadistico_educativo_2019_datos_estadisticos_0.pdf

BRASIL. MEC. **Plano Decenal de Educação para Todos** – Versão atualizada. Disponível em: <http://www.dominiopublico.gov.br/download/texto/me001523.pdf>

BRASIL Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNAD), 2019. Disponível em: https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101736_informativo.pdf e <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/pesquisa/13/5908?ano=2019>

BRASIL. INEP, 2019. Disponível em: https://download.inep.gov.br/publicacoes/institucionais/estatisticas_e_indicadores/resumo_tecnico_censo_da_educacao_basica_2019.pdf

CASTRILLÓN, Silvia. O direito de ler e de escrever. Tradução de Marcos Bagno. São Paulo, Brasil: Editora Pulo de Gato, 2013.

CERLAC. Planes de Lectura Iberoamérica. Disponível em: http://cerlalc.org/wpcontent/uploads/2017/11/PUBLICACIONES_CERLALC_Planes_lectura_Iberoamerica_2017_07_12_17.pdf. Acesso em: Junho 2022.

COLÔMBIA. Departamento Nacional de Estadística. (DANE). Boletim Técnico Educación Formal (EDUC), 2019. Disponível em: https://www.dane.gov.co/files/investigaciones/boletines/educacion/bol_EDUC_19.pdf

EFA, Education for all. Conferência mundial de educação para todos. Jomtien, Tailândia, **Declaração Mundial de Educação para Todos**, aprovada entre 05 a 09 de março de 1990.

FURTADO, Celso. Desenvolvimento e Subdesenvolvimento. In: **Cincuenta años del pensamiento de la CEPAL: textos seleccionados**-Santiago: Fondo de Cultura Económica/CEPAL, 1998-v. 1.

Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais. EFA 2000. **Educação para Todos: avaliação do ano 2000, informe nacional**, Brasil / Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais. – Brasília: O Instituto, 1999.

MARQUES NETO, José Castilho (org.). PNLL: textos e história. São Paulo: Cultura Acadêmica Editora, 2010. p. 23-26

Ministério de Cultura Brasil. Disponível em: <http://www.cultura.gov.br/pnll>.

Ministério de Cultura Colômbia. Disponível em: <http://www.mincultura.gov.co/leer-es-mi-cuento/Paginas/leer-es-mi-cuento.aspx>.

MOTA, Garcia Rosa. **Políticas públicas para o livro, leitura e biblioteca**, 2006. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S010019652006000300017&script=sci_abstract&tlng=pt.

MÉXICO. Conferencia interamericana sobre problemas de la guerra y de la paz – Ciudad de México, 21 de febrero al 8 de marzo de 1945. Disponível em: <https://www.dipublico.org/conferencias-diplomaticas-naciones-unidas/conferencias-inter-americanas/conf-inter-amer-1945-1954/conferencia-interamericana-sobre-problemas-de-la-guerra-y-de-la-paz-ciudad-de-mexico-21-de-febrero-al-8-de-marzo-de-1945/>



PREBISCH, Raul. O desenvolvimento econômico da América Latina e alguns de seus problemas principais. In: **Cincuenta años del pensamiento de la CEPAL: textos seleccionados**-Santiago: Fondo de Cultura Económica/CEPAL, 1998-v. 1.

OCDE. Programa Internacional de Avaliação de Estudantes (PISA). Disponível em <https://www.oecd.org/pisa-fr/>

OECD, Education at a Glance 2021: OECD Indicators, OECD Publishing, Paris, <https://doi.org/10.1787/b35a14e5-en>. 2021.

UNICEF. Declaração Mundial sobre Educação para Todos (Conferência de Jomtien – 1990). Disponível em: <HTTPS://WWW.UNICEF.ORG/BRAZIL/DECLARACAO-MUNDIAL-SOBRE-EDUCACAO-PARA-TODOS-CONFERENCIA-DE-JOMTIEN-1990>.

RUIZ, G. R. El Programa de Apoyo al Sector Educativo del MERCOSUR: intentos de integración y limitaciones de las reformas en la formación de profesorado. **Foro de Educación**, v. 17, n. 26, p. 277–299, 1 jan. 2019.

SANTOS, Milton. **Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal**. São Paulo: Record, 2000.

Link de acesso e consulta a dados

<https://www.cia.gov/the-world-factbook/field/population/country-comparison/>